



# Observatório Europeu do Emprego 2019: mudanças na estrutura do emprego a nível regional

## Introdução

Existem indícios crescentes de que as disparidades económicas entre regiões no interior dos Estados-Membros da UE estão a aumentar. Certas regiões, geralmente as capitais e os grandes centros metropolitanos, apresentam uma situação muito melhor do que outras. Estas divergências, se não forem controladas, são suscetíveis de comprometer a coesão social e territorial. O aumento das desigualdades inter-regionais é um dos fatores que levam ao desencanto com os sistemas políticos existentes, o que, por sua vez, enfraquece os laços sociais que estão na base dos nossos sistemas democráticos.

O relatório analisa as mudanças nas estruturas de emprego das regiões da UE. A identificação destas transformações nos vários setores e profissões e do modo como variam de uma região para outra podem ajudar os responsáveis políticos a compreender de que forma as mudanças estruturais contribuem para um desequilíbrio nos padrões de crescimento regional.

A análise compara os padrões de crescimento e descida do emprego em quatro tipos de regiões: capitais, regiões principalmente urbanas, intermédias e principalmente rurais. Abrange 130 regiões ao longo do período 2002-2017 em nove dos maiores Estados-Membros: Bélgica, Chéquia, França, Alemanha, Itália, Polónia, Espanha, Suécia e Reino Unido. Estas regiões representam quase quatro em cada cinco trabalhadores da UE.

## Contexto político

As regiões ocupam um lugar importante na elaboração das políticas da UE, nomeadamente na política de coesão. São as unidades territoriais de base para a aplicação de políticas que representam quase um terço do orçamento geral da UE. Até ao momento, a UE foi bem-sucedida na consecução do seu objetivo de reduzir as disparidades económicas entre os Estados-Membros. A política regional combinada com a recuperação do crescimento contribuiu para um crescimento mais rápido do PIB per capita nos Estados-Membros da Europa central e oriental nos últimos

quinze anos, tal como tinha permitido a anteriores países candidatos à adesão, como a Irlanda, Portugal e Espanha, convergir economicamente com os Estados-Membros fundadores da Comunidade Europeia.

Contudo, nos últimos anos, tornou-se evidente que a disparidade das perspetivas económicas entre as regiões de muitos Estados-Membros tem vindo a aumentar. Os padrões eleitorais sugerem que este é dos fatores que alimentam o desencanto dos cidadãos da UE em relação aos partidos políticos estabelecidos e a rápida emergência de alternativas populistas com aptidão para retirar vantagens eleitorais desse desencanto.

## Principais conclusões

O crescimento da população e do emprego foi muito mais acentuado nas regiões das capitais dos nove Estados-Membros do que nos outros tipos de regiões destes países. No período compreendido entre 2002 e 2017, o emprego cresceu 19 % nas regiões das capitais, em comparação com 10-12 % noutras regiões, uma evolução que se refletiu numa percentagem crescente da produção económica nacional. As áreas metropolitanas de Londres, Paris e Estocolmo representaram, no mínimo, 30 % do PIB dos respetivos países.

As regiões das capitais distinguem-se por terem uma percentagem muito elevada de emprego no setor dos serviços. Estas regiões desindustrializaram-se mais cedo e mais rapidamente do que outras regiões, sendo que a sua especialização precoce nos serviços se revelou providencial no contexto da transição para uma economia baseada nos serviços. Quase 75 % do emprego e da produção económica nacionais encontram-se agora no setor dos serviços, uma percentagem que atinge os 85 % ou mais em muitas regiões de capitais.

Nos nove Estados-Membros, a estrutura de emprego mudou globalmente de forma positiva (aumento do número líquido de novos empregos bem remunerados), acompanhada de uma polarização moderada (crescimento dos empregos mal remunerados ligeiramente superior ao

dos empregos com salários médios). Não obstante, as regiões das capitais parecem constituir um vetor significativo de polarização do emprego. Se, por um lado, registaram percentagens desproporcionadamente elevadas de empregos bem remunerados e altamente qualificados nos serviços com utilização intensiva de conhecimentos, por outro, tiveram, na sua maioria, um aumento dos empregos mal remunerados no período analisado.

Apesar das clivagens económicas crescentes entre as regiões das capitais e outras regiões, é evidente que as estruturas de emprego a nível regional estão a convergir para a estrutura de emprego média europeia. Na Polónia, por exemplo, a rápida contração do setor agrícola verificada nas últimas décadas e o correspondente crescimento do emprego na indústria transformadora e, em especial, nos serviços, constituíram um importante motor de convergência ascendente neste Estado-Membro. Ao mesmo tempo, as estruturas de emprego nas regiões do mesmo país estão a tornar-se mais díspares, ao passo que as diferenças entre Estados-Membros tendem a diminuir ou a estabilizar-se.

Os países e as regiões onde o emprego na indústria transformadora se revelou mais resiliente (Chéquia, Polónia e algumas regiões alemãs) são aqueles em que os empregos com salários médios melhor resistiram.

## Indicadores para políticas

Pese embora o êxito da UE na redução das disparidades económicas entre os Estados-Membros, as desigualdades sociais continuam a aumentar e, mais recentemente, as desigualdades crescentes entre regiões do mesmo país emergiram como uma preocupação pública e política.

O investimento público, por exemplo, sob a forma de empregos nos serviços públicos, desempenha um papel importante no apoio a um crescimento mais equilibrado a nível regional, uma vez que os empregos na educação, na saúde e na administração pública tendem a atingir níveis salariais superiores à média e a terem uma distribuição geográfica mais equilibrada.

A mobilidade regional foi considerada um antídoto para os desequilíbrios do crescimento, tendo os indivíduos sido incentivados a descolar-se de regiões em declínio para regiões com forte crescimento. Isto, contudo, pode deixar as regiões desfavorecidas ainda mais para trás. A necessidade de integração é tão grande para as regiões como para os indivíduos e é ainda mais premente para as regiões afetadas por um declínio industrial ou despovoamento.

Dada a natureza cada vez mais digital e, em muitos casos, remota, de muitos empregos, o acesso universal de banda larga de elevada qualidade é um exemplo óbvio de uma política que pode contribuir para a dispersão espacial da atividade laboral. No entanto, os empregos de boa qualidade — muitas vezes trabalhos que podem, em princípio, ser efetuados à distância ou virtualmente — têm, na prática, tendência para se concentrar cada vez mais nas grandes regiões urbanas e, frequentemente, nas regiões das capitais. A conectividade, embora útil, só pode ser uma pequena parte da resposta ao problema das disparidades regionais em matéria de crescimento.

A política regional da UE deve continuar a ajudar as regiões desfavorecidas a não se distanciarem das potências regionais. Os investimentos em infraestruturas permitem consolidar o tecido conjuntivo que reforça os laços entre diferentes regiões e tipos de regiões. Os investimentos no capital humano (por exemplo, através do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização) ajudam os indivíduos e as empresas dessas regiões a adaptarem-se à evolução das necessidades no local de trabalho. Essas políticas podem atenuar os riscos da concentração excessiva da atividade económica em certas zonas e da desconexão territorial noutras.

### Informações adicionais

O relatório *European Jobs Monitor 2019: Shifts in the employment structure at regional level* (Observatório Europeu do Emprego 2019: mudanças na estrutura do emprego a nível regional) está disponível em <http://eurofound.link/ef19036>

Gestor de investigação: John Hurley

[information@eurofound.europa.eu](mailto:information@eurofound.europa.eu)